



DOI: 10.20396/urbana.v9i2.8648582

CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE MACEIÓ

MACEIÓ'S BIRTH CERTIFICATE

Maria de Fátima de Mello Barreto Campello; Cynthia Nunes da Rocha Fortes;
Josemary Omena Passos Ferrare
Universidade Federal do Alagoas
fatimacampello@uol.com.br; cynthia.fortes@gmail.com;
josy.ferrare@gmail.com

Resumo

Ao trazer para o centro do trabalho a *Planta e explicação daz enciadaz de Iaragôa e Pajusara* (cerca de 1757), há poucos anos descoberta, e atribuir a ela o estatuto de certidão de nascimento de Maceió, o que se propõe aqui é construir uma narrativa sobre o surgimento da cidade privilegiando os documentos iconográficos e extraíndo deles reflexões sobre a cidade em si e sobre as práticas visuais dos cartógrafos que a desenham. O que se discute é a estruturação do povoado em dois núcleos, um no topo e outro na ribeira, a partir do confronto da planta-certidão de nascimento com outros documentos imagéticos dos séculos XVII, XVIII e XIX. Ao final, busca-se repensar a historiografia sobre esse momento de gênese e fundação de Maceió.

Palavras-chave

Maceió e Jaraguá. Cartografia histórica. Séculos XVII a XIX. Antonio Jozeph de Lemos.

Abstract

*Centered on the a few years discovered *Planta e explicação daz enciadaz de Iaragôa e Pajusara* (circa 1757) and ascribing to it the status of "birth certificate" of Maceió, this study proposes to build a historical narrative of the foundation of the city, highlighting the iconographic documents and, from them, extracting reflections on both the city itself and the cartographers' visual practices. The structuring of the settlement in two nuclei, one on highground and another on the shore, is discussed by confronting the birth certificate-plan with other iconographic documents from the 17th, 18th and 19th centuries. Finally, it is sought to rethink the historiography of the city through this moment of Maceió's birth and foundation.*

Keywords

Maceió and Jaraguá. Historical cartography. 17th-19th century. Antonio Jozeph de Lemos.



DOI: 10.20396/urbana.v9i2.8648582

1. Introdução

Com este trabalho, pretende-se realizar uma primeira leitura da cartografia histórica de Maceió no período que se inicia em c. 1616, com a primeira carta lavrada por João Teixeira Albernaz I, contendo representação detalhada da costa alagoana, e se encerra em 1841, com Planta da Villa de Maceió realizada por Carlos de Mornay. Verificar-se-ão, através da consulta a essas fontes primárias, as condições de surgimento da cidade e as diversas configurações que ela assume ao longo desse período.

Para isso, foi realizado um levantamento inicial nos arquivos e instituições de pesquisa no Brasil, mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro, em Recife e em Maceió, reunindo um número considerável de exemplares, alguns deles ainda inéditos¹. Com toda essa documentação em mãos, redigiu-se a primeira versão do texto sem publicá-la²— agora revista e ampliada após a disponibilização da cartografia descoberta e publicações da *Planta e explicação daz enciadaz de Iaragôa e Pajusara*, de cerca de 1757, — que consideramos ser a certidão de nascimento da cidade.

A planta, localizada no acervo do Arquivo Histórico Ultramarinho de Lisboa, foi logo objeto de divulgação e publicação por pesquisadoras em Alagoas: Maria Angélica da Silva, em artigo do jornal Gazeta de Alagoas, em junho de 2002, quando divulgou publicamente o achado cartográfico (LINS, 2002, p. 12)³ e em reportagem televisiva (2002); Josemary Ferrare, durante sua pesquisa de doutorado para a tese sobre a formação colonizadora da antiga vila de Alagoas do Sul (FERRARE, 2006, p. 237); e, ainda, por Josemary Ferrare e Cynthia Fortes, em artigo inserido nos Anais do 3º Seminário Internacional da Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa, Lisboa, em 2014 (FERRARE; FORTES, 2014, p. 539).

¹ Instituições pesquisadas na cidade do Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército, Mapoteca do Itamaraty, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Museu do Estado de Pernambuco, Museu da Cidade do Recife, Arquivo Público de Pernambuco e Departamento de História da UFPE e em Maceió: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e Arquivo Público do Estado de Alagoas.

² Versão escrita em 2001.

³ Matéria elaborada com entrevista da pesquisadora Maria Angélica da Silva.



DOI: 10.20396/urbana.v9i2.8648582

Optamos por deixar bem marcada a lacuna causada pela ausência da tal planta e o posterior preenchimento desse vazio, com a inserção das novas reflexões e conclusões feitas com base nela.

2. A paisagem na visão dos portugueses

Os primeiros mapas portugueses da capitania de Pernambuco, que demonstram um conhecimento mais avançado da região desenhados em uma escala que permite anotar com certa riqueza de detalhes a ocupação da paisagem colonial pelo homem, são realizados por João Teixeira Albernaz I, no início do século XVII. São parte de dois códices, um de 1616, Razão do Estado do Brasil, de Diogo de Campos Moreno (18 mapas), e outro de 1626, Livro que dá razão ao Estado do Brasil (22 mapas). Ou ainda compõem os três Atlas do Brasil: o primeiro, de 1627 (19 cartas); o segundo, de 1631 (26 cartas); e o terceiro, de 1640 (31 cartas). Em seguida ao trabalho de João Albernaz I, vem a obra de João Teixeira Albernaz II, seu neto, o Atlas do Brasil, de 1666 (com 32 cartas). Segundo as críticas dos especialistas, estes últimos mapas não têm a maestria dos trabalhos cartográficos anteriores.

Na observação da paisagem brasileira aproximadamente um século depois da instalação da bandeira lusa nessa então terra de índios, João Teixeira Albernaz I registra os tipos de povoamento encontrados e os acidentes geográficos. A faixa litorânea situada entre a Lagoa do Norte e o mar, lugar onde viriam a se situar o porto de Jaraguá e a cidade de Maceió, está documentada na 12ª e na 13ª cartas do primeiro códice (Fig. 1 e Fig. 2). Tem, no seu ponto inicial (a barra onde desembocam as duas lagoas), duas denominações diferentes, uma em cada carta, respectivamente: "Barra da Lagoa de São Miguel" e "Barra de Jaraguá". Já no seu ponto final (na ponta da enseada), as anotações "Porto de Iaragua", com sua sonda em uma, e na outra, "Iaragua".



Figura 1 – 12ª carta do Livro que dá razão ao estado do Brasil. 1616. Autor: João Teixeira Albernaz I.
Fonte: Biblioteca Municipal do Porto (Portugal).
Disponível em: http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/MS-126/MS-126_item1/index.html. Acesso em 10 mar. 2017.



Figura 2 – 13ª carta do Livro que dá razão ao estado do Brasil. Capitania de Pernambuco. 1616. Autor: João Teixeira Albemaz I.

Fonte: http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/MS-126/MS-126_item1/index.html. Acesso em 10 mar. 2017.

Pelas anotações deste cartógrafo português, que mira a costa desde o mar, e em terra a percorre com o olhar sem se adentrar muito pelo interior, o que se entende por “Jaragua” ou “Jaragua”, na época, deveria ser toda a enseada, desde a barra das lagoas até sua ponta. Dessa observação inicial, podemos facilmente concluir que ali já existia um porto sendo utilizado pelo europeu desde 1616, como indica a presença de uma sonda sinalizando o lugar de fundear. Nenhuma outra simbologia que pudesse representar qualquer construção se faz presente nesta parte dos dois mapas — ao contrário, a vegetação desenhada na faixa litorânea parece reforçar o sentido de sua não ocupação, pelo menos de caráter permanente. Situada mais para o interior, a área povoada, desenhada com casas e igrejas bem próximas umas das outras, está principalmente em torno da Lagoa do Norte, assinalada com dois engenhos e a Vila Nova de Santa Luzia; em torno da Lagoa do Sul, neste mapa, existem apenas mata e cana-de-açúcar.



DOI: 10.20396/urbana.v9i2.8648582

O texto desse primeiro códice vem atestar o estado de despovoamento da região que aferimos nos mapas e também o contrabando de pau-brasil que é feito pelo porto de Jaraguá. Diante da capacidade desse porto de receber grandes navios e das terras terem “cômodos para sustentarem grandes lugares”, aponta a necessidade de que a “ordem e o [bem] comum” imperem diante do “acaso” e do “particular”, para que ali se funde uma povoação:

Da banda do norte do dito Rio de São Francisco comesa o distrito de pernabuco e assy correndo a costa dêz grãos e meyo, é por dêz grãos se vê o Rio de São Miguel e as suas Barreias Vermelhas e antes da lagoa o conhecido porto dos franceses, e o Porto de Jaragua todos capasses de grandes navios, e por sua capacidade feitos sempre ladroeiras de coçarios, e de nossos furtadores de Pau Brasil que no Rio de São Miguel não falta nem moradores que só furtem e carregem como por muitas vezes se tem avizado a sua Mag.e o porto ou Barra de São Miguel é da lagoa são para Caravelçoes somenre como se mostram na Carta atras fols 87 no ponto. **C de modo que os principaes portos desta banda Sam os ditos em que he necessario aver povoações pois as terras tem cômodo para sustentarem grandes lugares**, mas o he como todos os homens fundão acaso de não por ordem sempre as povoações ficão sendo mais ao particular que ao comum importantes e he de feito qual se deixa entender contra a defenção e comercio de toda a costa (MORENO, 1616, p. 80, grifos nossos).

As observações sobre a vegetação e sobre a sinalização de um porto com uma sonda, registradas no estudo desse primeiro códice, se confirmam no códice de 1626, na cartas 14 e 16.

O ano que separa os dois códices do Atlas do Brasil de 1627, também de João Teixeira Albernaz I, não é suficiente para identificar mudanças na ocupação desta pequena parte do litoral. Na verdade, nesta época, as informações sobre isso continuam localizadas nas áreas mais distanciadas da praia, em torno das lagoas. Encontramos na carta 12, por exemplo, a anotação de “casas e engenho dos Rochas” nas margens da Lagoa do Sul, já presente no códice de 1616 (Fig. 3).

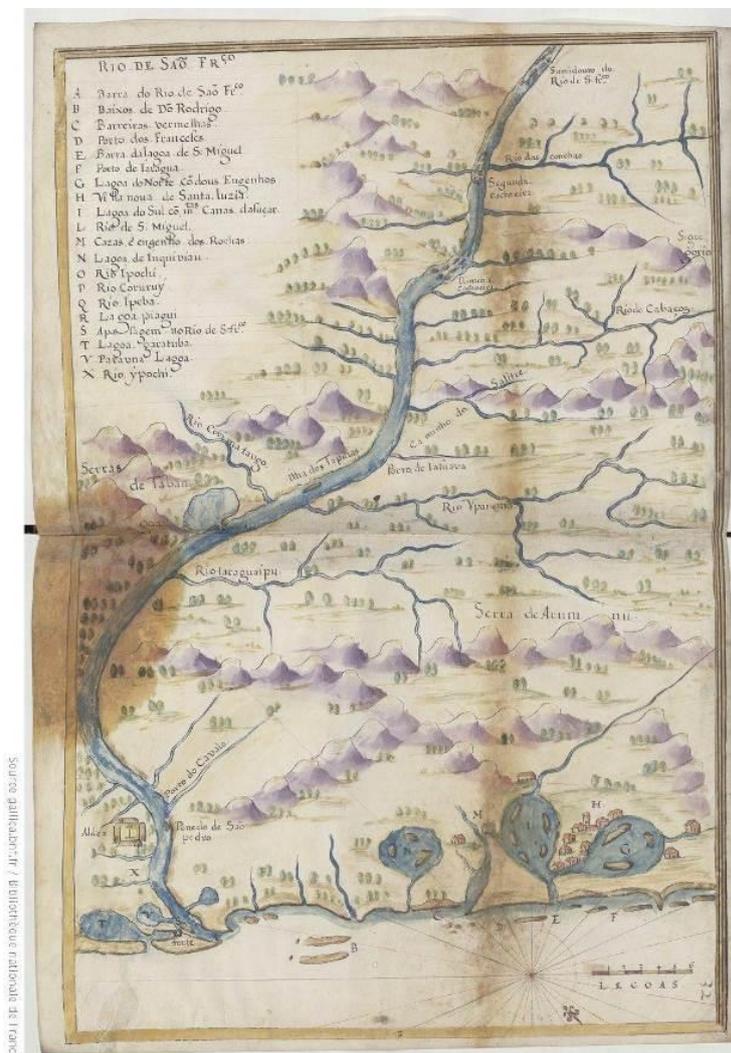


Figura 3 – 12ª carta do Livro em que se mostra toda a descripção da costa do estado do Brasil e seu portos, barras e sondas delas. Rio de S. Frco. 1627. Autor: João Teixeira Albernaz I.

Fonte: <http://gallica.bnf.fr/>. Acesso em 29 set. 2015.

A carta 20 do Atlas do Brasil de 1640 avança em relação às anteriores no que diz respeito ao mapeamento do porto. Traz em destaque a anotação feita a punho, como um esboço, sobre a excelência do porto de Jaraguá, especificando que embarcações de grande porte também podem ter acesso a ele: “ponta de Iara quara, bonissimo Sorgidouro pera hua armada” (Fig. 4).

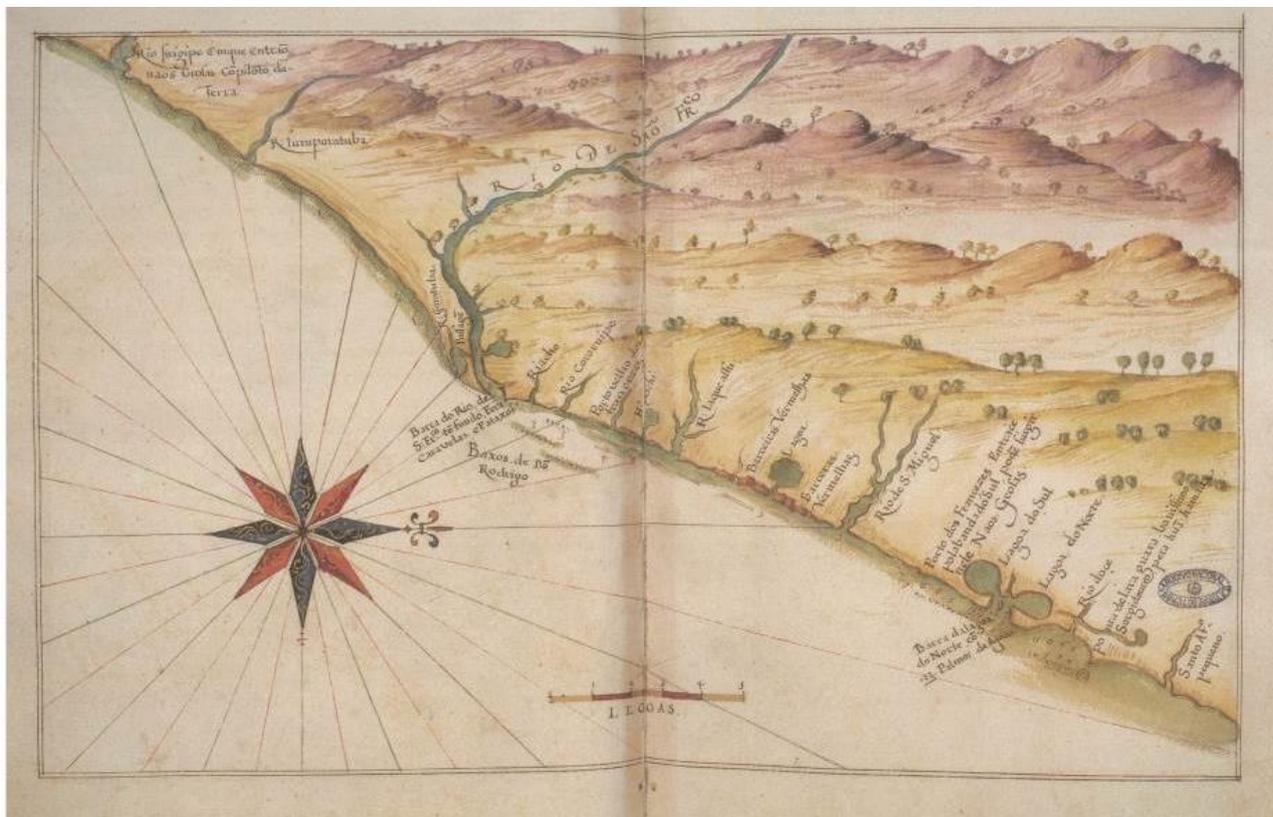


Figura 4 – 20ª carta da Descrição de todo o maritimo da terra S. Cruz chamado vulgarmente, o Brazil.

Autor: João Teixeira Albernaz I.

Fonte: DESCRIÇÃO de todo o maritimo da terra S. Cruz chamado vulgarmente, o Brazil. Feito por João Teixeira cosmographo de Sua Magestade. Anno 1640. Lisboa, Arquivos Nacionais Torre do Tombo, ANA, 2000.

Para consolidar essa interpretação sem deixar sombra de dúvida, a carta 13 do Atlas do Brasil de 1666, de João Teixeira Albernaz II, é muito detalhada na indicação numérica da profundidade em vários pontos da "Ponta de Garaguara", indicações que serviriam como roteiro para aproximação e fundeamento das embarcações (Fig. 5).

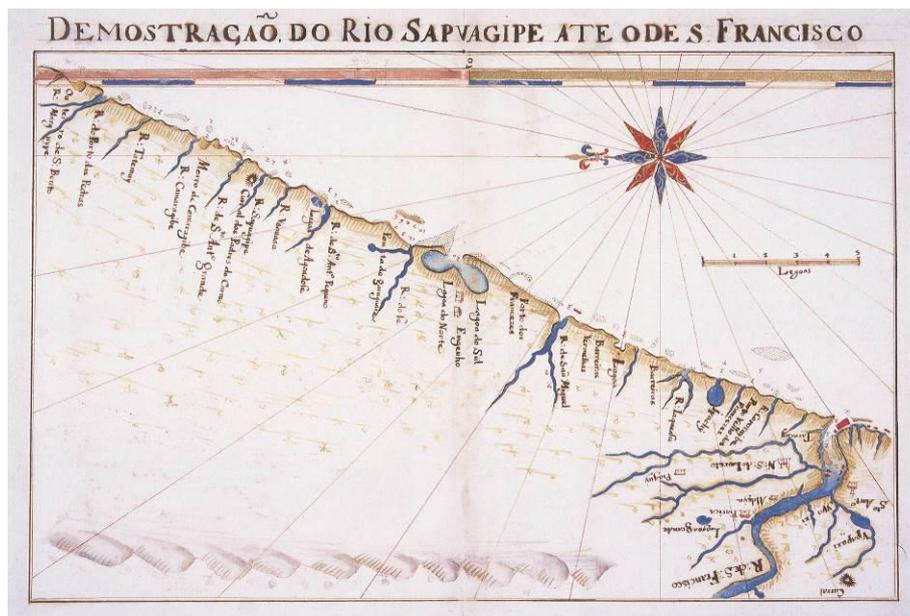


Figura 5 – 13ª carta. Demonstração do Rio Sapuagipeate o de S. Francisco. 1666. Autor: João Teixeira Albernaz II.

Fonte: Mapoteca do Itamaraty (Brasil).

No mapa de Albernaz II, que à primeira vista parecia confirmar a opinião dos especialistas no que se refere à comparação de seu trabalho com o de seu avô, deve-se notar a precisão de sua observação ao cortar pela primeira vez a enseada ao meio com o desenho de um curso d'água, nomeado equivocadamente de rio Doce, em vez de Maceió, riacho que sabemos vai assumir depois fundamental importância no surgimento da cidade.

A inexistência de representação de construções em torno desse porto nestes mapas não significa que a área não fosse visitada e servisse como entreposto para longas viagens e até mesmo como lugar de embarque de madeira pelos índios. O significado do topônimo "Iaragua", atribuído por indígenas⁴, parece contribuir, mais uma vez, para coroar a leitura de

⁴Segundo depoimento de Gabriel Soares de Souza em 1587: "Do Porto Velho dos Franceses ao Rio de S. Miguel são quatro léguas, que está em dez graus, em o qual entram navios da costa, e entre um e outro entra no mar o rio Alagoa, onde também entram caravelões, o qual se diz da Alagoa, por nascer de uma



DOI: 10.20396/urbana.v9i2.8648582

um porto bem frequentado: enseada das canoas (Yara-guá / Moreira e Silva) ou enseada do ancoradouro (Yar-a-guá / Dias Cabral).

3. A contribuição dos holandeses

A cartografia holandesa do Brasil tem como exemplares máximos o conjunto de quatro mapas da lavra de Georg Marcgraf, publicados na obra de Gaspar Barléu: *Rerum per Octennium in Brasilia et Alibi Nuper Gestarum*, em Amsterdam, em 1647. Estas quatro cartas estão gravadas com certeza pelo menos desde 1643, data em que são publicadas pelo editor Ioannis Blaeu em forma do "mapa-mural" intitulado *Brasilia qua parte Paret Belgis*.

Este conjunto de mapas é o que documenta com mais detalhes o povoamento desta parte da capitania de Pernambuco. Na legenda referente a essas cartas, encontramos a classificação precisa da ocupação das terras nas categorias de: vila ou cidade; povoação; fortaleza; aldeia de índios; aldeia tapuya; igreja; engenho d'água com igreja; engenho d'água sem igreja; engenho de bois com igreja; engenho de bois sem igreja; casa; lugar despovoado; curral; salinas; fonte; olho d'água ou cacimba; campina e mato.

Examinando minuciosamente um dos mapas desse conjunto, intitulado "Prefeitura Meridional de Pernambuco" (*Praefectura Paranambuca pars Meridionalis*), encontramos uma única pista da ocupação do trecho que estamos estudando: na ponta da enseada, nomeada como "Ponta Iaragua", a representação de uma "fonte, olho d'água ou cacimba", indicada com um pequeno símbolo que, pelas suas pequenas dimensões, passa despercebido, podendo facilmente ser confundido com um ponto. Por sua vez, a enseada vizinha, nomeada como "Pta. de Iaçara", também tem assinalada a presença de uma "fonte, olho d'água ou cacimba" (Fig.6). Seria por essa representação diminuta que a existência dessas duas fontes, olhos d'água ou cacimbas, nunca teria sido percebida ou comentada?

que está afastada da costa, ao qual rio chamam os índios o porto de Jaraguá". SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. 9 ed. Recife: Massangana, 2000, p. 22-3.

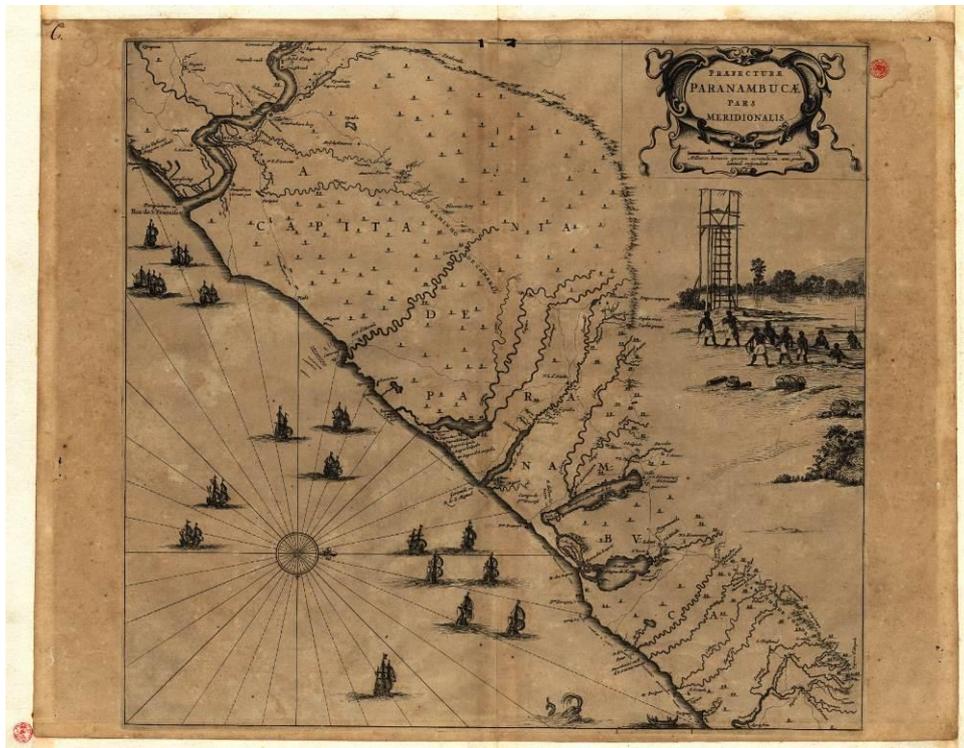


Figura 6 – Parte Meridional de Pernambuco (*Praefectura Paranambuca pars Meridionalis*). 1643.

Autor: Georg Marcgraf.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital (Portugal).

Disponível em: <<http://purl.pt/index/cart/PT/index.html>>. Acesso em 20 ago. 2015.

Esse indício da presença do homem na região, documentado na cartografia holandesa, vem se somar àqueles já presentes na cartografia portuguesa e reforçar a leitura de uma ocupação primeira desta enseada como porto, agora também pela possibilidade de abastecimento de água, bem tão precioso para os viajantes. Permanece nessa faixa litorânea a representação da cobertura vegetal que, no mapa de Marcgraf, é especificada como mato, mas que acreditamos, ao se diferenciar de campina, fosse uma vegetação de maior porte.

Alguns relatos do período citam repetidamente o porto de Jaraguá como lugar de desembarque em 1635 das tropas lusas destinadas a expulsar os invasores holandeses dessa parte do Brasil, a exemplo do que segue abaixo escrito pelo frei Manuel Calado:

Desembarcou Dom Luiz de Roxas e Borja na ponta de Jaraguá, e deitou a gente em terra, e algumas peças de artilharia, e a frota foi passando para a Bahia, para onde também se partiu Matias de Albuquerque para se embarcar (como se embarcou) para



DOI: 10.20396/urbana.v9i2.8648582

o Reino, segundo a ordem que lhe veio de Sua Majestade [...] (CALADO, 1985, p. 69, grifos nossos).

Tal registro é confirmado pelo relato do donatário da capitania de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, sobre o mesmo acontecimento:

JULHO 29. - À 29 chegamos à do Norte, onde estava o Conde de Bagnuolo, e conferenciando com ele acerca do cumprimento das ordens de el-rei, resolveu-se a ocupação imediata da Alagoa do Sul, por ser mais defensável e demandar por isso menos trabalho; além de ficar no centro dos **três portos, a saber, o de Jaraguá, o das Alagoas e dos Franceses**, os quais muito convinha conservar para surgidouro de nossas armadas, nas quais vinha o sucessor do nosso general que por tantas vezes o pedira, obrigado de sua pouca saúde, mais agravada com os continuados trabalhos.

NOVEMBRO 30. - No dia 30 começou a infantaria a saltar em terra na **ponta de Jaraguá**, uma légua ao norte da barra das Alagoas, fazendo o mesmo D. Luiz de Rojas e Borja e todo o mais socorro, estando em terra à sua espera o nosso general com a gente que tinha, depois de tomar os caminhos, porquanto estava mais perto do inimigo em uma praia rasa, por onde podia ele sem embaraços vir marchando, tendo a três léguas dali as suas fortificações de Peripueira e doze naus que vieram tomar o barlavento de nossas armadas (COELHO, 1982, p. 266 e 272, grifos nossos).

Com as informações arroladas acima a partir das cartografias portuguesa e holandesa, acreditamos poder contribuir para repensar o momento de gênese da cidade de Maceió. Essas novas informações viriam balizar afirmações já consagradas na historiografia e veiculadas por Craveiro Costa em seu livro *Maceió*:

Barleos, em seus mapas, não assinala no ponto da costa da capitania de Duarte Coelho Pereira, onde está hoje a cidade de Maceió, uma só habitação. De praia acima, ante o **ancoradouro sem referência** na **cartografia barleana**, havia o deserto da era cabralina, deserto maior talvez, pois que o "caeté", indomável, combalido a ferro e a fogo, porventura escapo à perseguição legalizada, depois do naufrágio da nau "Nossa Senhora da Ajuda", se embrenhara, aterrorizado da vingança do colonizador.

Joannes de Laet, diretor e cronista da Companhia das Índias Ocidentais, na sua descrição da costa da capitania, indicando, minudente, os portos favoráveis, os abrigos seguros da navegação, os acidentes vários do litoral, os povoados que surgiam diante



DOI: 10.20396/urbana.v9i2.8648582

da esperança radiosa dos canaviais, não inclui o ancoradouro de Jaraguá nem alude à habitação circunvizinha.

O silêncio do cronista, contemporâneo e testemunho visual da conquista holandesa, e a indiferença do cartógrafo, ao traçar mapas coloniais, não significam ignorância do ancoradouro; apenas **deixam perceber seu desvalimento, ao tempo da invasão batava, como base de operações e ponto de desembarque**, que se estimassem, pela distância a que ficava dos povoados mais florescentes, que mais interessavam à invasão. (COSTA, 1983, p. 1-2, grifos nossos).

Reiteramos as afirmações de Costa sobre a inexistência de habitações nesses mapas e sobre o “ancoradouro sem referência na cartografia barleana”, chamando atenção para o fato de que essa segunda afirmativa não se aplica ao restante da cartografia holandesa do período; mas somos obrigadas a refutar a assertiva sobre “seu desvalimento, ao tempo da invasão batava, como base de operações e ponto de embarque”, e o fazemos em razão das evidências dos relatos de Calado e de Coelho reforçadas pela presença da fonte, olho d’água ou cacimba, que descobrimos ao estudar de muito perto esses mapas.

4. Gênese: a planta de cerca de 1757

A descoberta da *Planta e explicação daz enciadaz de Iaragôa e Pajusara* na década de 2000, e as seguidas publicações tendo-a no foco em 2002, 2006 e 2014, já mencionadas, despertaram reflexões ao longo desses anos que, mais amadurecidas, conseguem elevar a planta ao posto máximo na compreensão do surgimento da cidade, ao estatuto de certidão de nascimento de Maceió, preenchendo então esse grande vazio detectado anteriormente no âmbito da historiografia local (Fig. 7).



Figura 7– Planta e explicação das enciadas de Iaragôa, Pajusara: as quais ficão juntas com se vê na planta situadas [...]. Cerca de 1757. Autor: Antonio Jozeph de Lemos.

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino (Portugal).

Antes de sua descoberta as primeiras representações cartográficas dessa área como lugar habitado avançavam para o século XIX, permanecendo o século XVIII completamente em branco. Por sua condição de representação cartográfica mais antiga de Maceió, a planta de cerca de 1757 destitui tanto o lugar ocupado pelo “Plano das Enceadas de Jaragua e Pajusara”, de 1803 – como o primeiro a representar a enseada como lugar habitado –, quanto o lugar da Planta da Villa de Maceió de Carlos de Mornay, de 1841 – a primeira a apresentar a área urbana de Maceió.

Acreditamos que o “risco” dessas duas enseadas desenhadas na planta de cerca de 1757 é tirado pelo capitão de infantaria pernambucano Antonio Jozeph de Lemos, no contexto dos estudos sobre quais dos portos da capitania de Pernambuco e demais seriam os mais vantajosos para embarcar para Portugal as madeiras de lei existentes na região e destinadas à



DOI: 10.20396/urbana.v9i2.8648582

construção náutica. Isso porque a planta contém a assinatura dele grafada apenas como “Lemos” (no cartucho da escala), sendo possível associá-lo a Antonio Jozeph de Lemos através de uma carta que o governador da capitania de Pernambuco escreveu em 1755 ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, apresentando suas considerações sobre a utilização da Enseada de Jaraguá, em Alagoas, para o embarque dessas madeiras para a metrópole portuguesa.

Na carta, o governador destaca a existência na enseada de infraestrutura local e atributos de navegabilidade mais vantajosos para esse fim do que na Baía da Traição na Paraíba, na época outro importante ponto de embarque de madeiras para o reino:

[...] há naquelle destrito mais carros, que em outro algum desta capitania, muitos mantimentos, muitos carpinteiros da ribeyra, que na factura de alguns navios que aly se tem fabricado, ficarão moradores naquele citio (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, AHU_ACL_CU_015, Cx. 78, D. 6526).

Constatadas a importância estratégica do porto de Jaraguá e a necessidade de garantir-lhe segurança contra inimigos da Coroa, recomendou ainda que o capitão de Infantaria Antonio Jozeph de Lemos tirasse “o risco” da enseada e o de uma fortificação para defendê-la.

Todas as circunstancias de comodidade que nesta barra se ponderão p^a o embarque das madeyras se devem temer p^a o desembarque dos inimigos; hé certo que a barra dá / pelo que respeita ao fundo / entrada ao maior navio, e hé sem duvida que dentro na enseada podem estar sincoenta navios ancorados, e com sucego; pela discrição que os ditos práticos me fizerão da enseada, só de pallavra vim a entender que em hua das suas pontas seria muito conveniente fazer alguma fortificação, com que se podesse por alguma dificuldade a entrada; senão tivera mandado o capitam de infantaria Antonio Jozeph de Lemos, a ver a fortalleza do Ryo grande do Norte, para delinear alguma obra de que necessita, o mandaria a Iaraguá, a tirar o risco daquella enseada, e o da fortifficação que julgasse precisa; mas o que agora se dificulta por esta cauza, farey quando voltar da diligencia em que se acha (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, AHU_CU_015, Cx. 78, D. 6526).

As informações acima nos levam a crer que Antonio Jozeph de Lemos, após ter retornado de sua missão no Rio Grande do Norte, foi incumbido pelo governador de



DOI: 10.20396/urbana.v9i2.8648582

Pernambuco de ir à comarca de Alagoas coletar as informações necessárias para elaborar as plantas das enseadas e o projeto da fortificação. Na carta náutica resultante desse trabalho, não encontramos assinalado o ano de sua elaboração; a data de 1757 foi a ela atribuída por Maria Dulce de Faria, da seção de cartografia da Biblioteca Nacional do Brasil, como consta da Lista da Seção de Cartografia do AHU: nº 127.

Antonio Jozeph de Lemos é português de Santarém, fez carreira no exército, onde ocupou primeiro o cargo de soldado artilheiro em Recife (1727); depois, passou a ser ajudante das fortificações também em Recife, quando adquiriu larga experiência na arte de fortificar (1736); em seguida, por fim, foi capitão de Infantaria de uma companhia de Itamaracá (após 1743), tendo sido discípulo de Diogo da Sylveira Veloso, engenheiro militar e lente das aulas militares de Recife.⁵ Indícios que podem comprovar sua formação como engenheiro militar são encontrados quando analisadas as convenções gráficas trabalhadas na planta-certidão de nascimento para as orientações de navegação. Elas parecem seguir fielmente as orientações especificadas por Manoel Azevedo Fortes, engenheiro-mor de Portugal, e publicadas em seu livro *Tratado do modo de fazer as cartas geográficas, assim da terra como do mar, e tirar as plantas das praças, cidades, e edificios com instrumentos [...]*(FORTES, 1722, p. 179-180)⁶.

Nessa carta náutica de 1757, a narrativa visual sobre o momento de gênese da cidade é construída com recursos pictóricos: desenhos, texturas e cores, mas não só com esses recursos: existe nela uma segunda narrativa visual sobre esse momento construída com palavras, as presentes no cartucho, que constituem a explicação. O texto manuscrito é um guia para os navegantes vindos pela costa norte do Brasil em busca da enseada de Jaraguá e da entrada da Barra das Alagoas, caminho hídrico para a vila de Alagoas, centro do poder administrativo da comarca situada na parte sul da capitania de Pernambuco.

Ambas as narrativas emocionam, figura e texto, principalmente os pesquisadores tão acostumados com a ausência de imagens da Maceió colonial, exatamente por serem testemunhos oculares dos primórdios da povoação, quando as singelas edificações parecem bandeiras que se fincam desbravando território tão vasto. Vale ressaltar que essas narrativas são construídas a partir de postos de observação diferentes: no desenho, o observador-cartógrafo se situa no alto, plana como um pássaro em seu voo acima da enseada; no texto, ele mantém o olhar na linha do horizonte, a bordo de embarcação que adentra a enseada.

⁵(AHU_CU_015, Cx. 58, D. 5012).

⁶As anotações feitas por Beatriz Bueno (2011, p. 239) sobre as Aulas Militares de Recife revelam a existência de um exemplar desta publicação de Manoel Fortes na suposta biblioteca desta instituição.



DOI: 10.20396/urbana.v9i2.8648582

Essas visões distintas completam-se, enriquecendo com detalhes a descrição da nascente povoação.

No desenho, e pontuado pela legenda, o que se destaca principalmente são duas áreas de morros que coincidem com as duas áreas povoadas dessa porção do território na época: Maceió e Alagoas, hoje Marechal Deodoro, sendo a segunda a sede da comarca, situada à margem da lagoa e com função administrativa que determinava a frequência na movimentação de pessoas, conforme indicativos no próprio mapa: "L - casa do passageyro // M- cansa, em que passa a gente, que vam para as povoacoenz das ditas Alagoas" (FERRARE, 2006, p. 237v). Vale ressaltar que, apesar da ascendência política e econômica de Alagoas em pleno século XVIII como comarca da parte sul da Capitania de Pernambuco, o detalhamento cartográfico focaliza bem intensamente a nascente povoação de Maceió e seu porto.

Observamos que os núcleos de Maceió e Jaraguá estão, ambos, bem delineados como se vê no detalhe da planta de cerca de 1757 (Fig.8). Maceió está implantada pouco acima do nível do mar, representada por três únicas edificações, entre elas uma capela, todas voltadas para um largo comprido que planifica o sopé do morro; e Jaraguá está mais próxima das águas da enseada, já com mais edificações, seis casas de telha e dez de palha, dispostas de maneira dispersa por entre o coqueiral. São, assim, claramente implantações distintas, no alto e no baixo, e organizações também diferentes, gregária e dispersa.

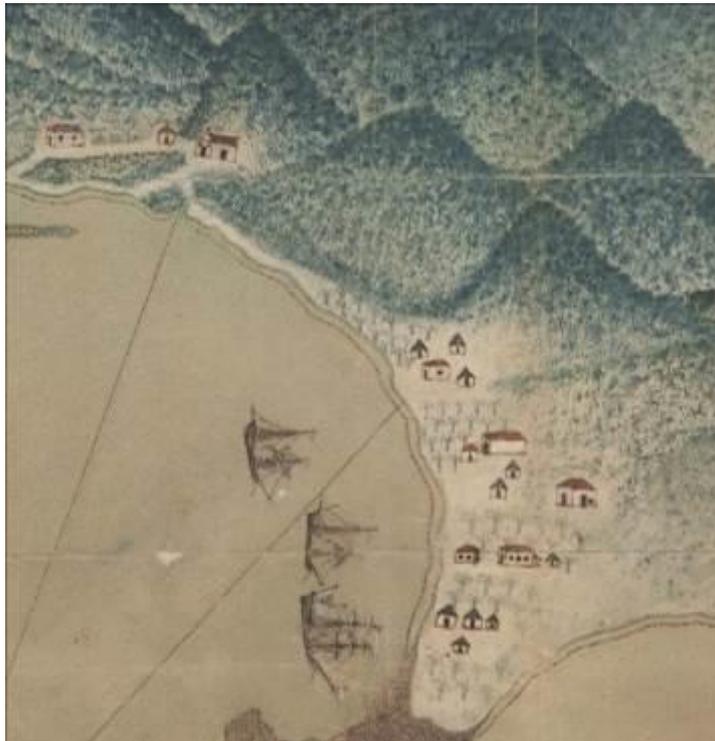


Figura 8 – Detalhe da Planta e explicação das enciadaz de Iaragôa, Pajusara: as quais ficão juntas com se vê na planta situadas [...]. Cerca de 1757. Autor: Antonio Jozeph de Lemos.

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino (Portugal).

A respeito dessa configuração de assentamento funcionalmente distinto em platôs, já discorria Murilo Marx acerca das cidades brasileiras mais antigas, tão marcadas pelo legado da visão urbanística lusitana:

Em geral, a cidade brasileira é irregular, [...] tem contorno indefinido. Foi assim desde a sua origem. [...] Os vícios e vicissitudes dessa cidade apontam a paternidade ibérica [...] o mesmo jeito de plantar povoações se reconhece nas ilhas portuguesas do Atlântico, na África [...]. A distribuição e a utilização da terra – a ocupação do solo urbano – são reveladoras [...]. a ligação da cidade alta protegida pela cidade baixa servida pelo porto, criou caminhos sinuosos em declive acentuado, que procurando o trajeto mais cômodo ou praticável, tornava-se frequentemente mais longos. Esses percursos eram um chamariz importante para todo o cidadão, e, especialmente, para todo negociante se instalar [...]. Eis ai o padrão das nossas cidades mais antigas (MARX, 1980, p.43 e 44).



DOI: 10.20396/urbana.v9i2.8648582

Já no texto, além dos referenciais naturais balizadores que indicam a rota marítima para chegar à enseada, a exemplo dos rios, barreiras e cabos, passam a ser referenciais também os elementos edificados, quando o navio adentra a enseada. O observador, em sua embarcação, destaca apenas o que da paisagem é visível para ele, usa para isso palavras como “alta”, “p’ sima”, “asima”, “combro”, para indicar a elevação desses elementos diante do olhar. Vê primeiramente uma capela que fica acima de um rio chamado “Massayô”. Não se refere textualmente, portanto, a nenhuma povoação, apenas à capela, e o topônimo “Massayô” surge para denominar apenas o rio. Em seguida vê um caminho e uma casa de telha como descreve abaixo:

[...] e achando-se com ho navio areado da pedra notada com a letra A aonde esta a Roza dos Ventos, a hy achará fundo de 5 braças, area limpa, lhe demorará huã capella q’ lhe fica na ponta da terra grossa, e alta, q’ hé p’ sima de hum rio chamado Massayô ao Nornorseste, e a ponta da Pajusara ao Nordeste, e olhando pelo meyo da ençiada se verá huá terra grossa pela parte de dentro tem hua barreira vermelha do tamanho de hua gavia de navio, en sua ezquerda outra, que parece hua estrada ou camr [caminho]; q’ vay p’ hum onteyro asima, q’ hé o q’ parece de longe, aq.L de mora a Oeste, e a ponta de Jaragôa ao Nornordeste, e entrando nesta barra demorao os reciffes de fora a lesnordeste, e vindo pelo rumo do Norte se verá a prr.^a casa de telha com hum coqueiral, q. fica no combro da praya vindo do Masayó p.^a a ponta de Jaraguá, [...] (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, AHU_CARTm_015, D. 0905).

Como se vê, são práticas visuais próprias de uma época: postos de observação, altura e direção das visadas, enquadramentos. Por intermédio do estudo dessas práticas e das representações ali presentes, duas características das cidades portuguesas se evidenciam na conformação desse povoado desde seu início: de um lado, a ocupação geométrica de um núcleo e dispersa do outro; de outro, a implantação em dois níveis, no topo e na ribeira.

Ao buscarmos na historiografia as referências mais antigas sobre esse momento de fundação da cidade, deparamo-nos primeiramente com a interpretação de Thomaz Espindola (1871), que vincula o povoado a um engenho de fabricar açúcar e sua capela em meados do século XVIII, mesma década, portanto, da “planta-certidão de nascimento”.

Em 1673, na regência de Pedro II de Portugal, o capitão general Affonso Furtado de Mendonça, visconde de Barbacena, teve ordem não só de mandar fortificar o porto de Jaraguá contra o ingresso dos indígenas e estrangeiros contrabandistas de pau Brasil,



DOI: 10.20396/urbana.v9i2.8648582

como de povoar o território adjacente e vizinho ao mesmo porto; nos meados do século XVIII era ainda Maceió um pequeníssimo povoado pertencente a um engenho de fabricar açúcar situado ao lado ocidental do lugar onde atualmente existe o palacete da Assembléia Legislativa Provincial e tinha uma pequena capela com a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, assente onde atualmente acha-se a matriz do mesmo nome [...]. (ESPÍNDOLA, 2001, p. 136, grifos nossos)

A interpretação de Craveiro Costa segue nesta mesma direção ao atribuir a um engenho e sua capela que se situariam no topo da colina os fundamentos para o surgimento da povoação; ele fortalece ainda seu argumento angariando a crônica de Claudino Jaime sobre a descoberta da boca da fornalha do engenho nessa mesma localização:

Uma verdade, porém, é inconteste. A célula máter do povoado foi o engenho com sua ermida de S. Gonçalo, que existiram na atual praça D. Pedro II. Aí vinham correr os longos caminhos que serviram à fábrica – o que demandava a lagoa do norte e o vale do Mundaú e o que, marginando o litoral, conduzia à capital da capitania, por Porto calvo e povoados circunvizinhos, que dele se iam emancipando – a velha estrada que desembocava no Poço perlustrada por holandeses e lusitanos na luta pelo domínio colonial.

O engenho ficava ao sopé da montanha, ao descambar da ladeira, com a ermida de S. Gonçalo sobranceira. A seguir, a falda do monte à margem do riacho, o pântano adjacente, a restinga onde o riacho deságua [...] (COSTA, 1939, p. 14).

Mas Costa associa imediatamente essa implantação do engenho no alto da colina à sua proximidade com a área ribeirinha onde se situa o ancoradouro ao dizer:

Para a fundação do engenho devia ter concorrido a excelência do local, à margem do ancoradouro, que se deparava, franco e vasto, o atual pôrto de Jaraguá, até a enseada de Pajussara, onde Manuel Antonio Duro edificara a casa de têlha a que alude a velha escritura. O porto, frequentado de quando em vez por corsários franceses, em contacto comercial com os habitantes das adjacências, provavelmente de Santa Luzia do Norte, porque em Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul a vigilância seria maior e capaz de furtao o contrabando pelo porto do Francês, favorecia a clandestinidade da exportação e do comercio interno. E foi precisamente para evitar esse intercâmbio clandestino que a metrópole, agora cautelosa, recomendara ao governador geral, Visconde de Barbacena, fizesse fortificar o porto de Jaraguá. (COSTA, 1939, p. 14).



DOI: 10.20396/urbana.v9i2.8648582

No “planta-certidão de nascimento” não se vê a representação de nenhum engenho, nem alusão a ele no texto existente no cartucho, vê-se ali apenas a capela que tanto Espíndola quanto Costa fazem questão de vincular à vida do engenho; as duas outras únicas construções existentes nesse largo de fundação fora a capela, uma maior e uma bem menor, não se assemelham a uma fábrica, são representadas apenas simbolicamente como casas, como o restante dos elementos da planta. Também não existe na planta nenhum traço de qualquer edificação que pudesse ser a caldeira do engenho no largo fronteiro à capela, lugar onde se teria descoberto sua boca.

Ao contestar essa tese de Craveiro Costa, Dirceu Lindoso atribui ao porto de Jaraguá a responsabilidade pelo surgimento de Maceió construindo uma segunda linha de interpretação:

Ao contrário do que dizia Craveiro Costa, que pensou Maceió nascendo espúria e anônima em pátio de engenho, o caminho que ligava as terras úberes do vale do Mundaú, através da lagoa do Norte ao porto natural de Jaraguá, é que marcou o surgimento da cidade, e sua importância para a vida econômica da província. Foi como caminho de exportação de açúcar e madeira dos vales palmarinos que Maceió guardou a importância de chegar em 1839, a capital. O fato de um casario em pátio de engenho não dá a Maceió a importância que alcançou como sede de poder e ponto de contato comercial (LINDOSO, 1983, p. 41 e 42)

Como vemos, a discussão sobre a preponderância do engenho ou do porto na fundação do povoado é o foco de interesse dos estudos dos historiadores da cidade, o que poderia facilmente conduzir ao falso debate sobre a primazia de ocupação geográfica do sítio no alto da colina ou no baixo, na beira do mar. Isso porque uma leitura mais atenta a esses textos mostra que os autores são unânimes em destacar a determinância do ancoradouro para o nascimento do povoado em qualquer das duas interpretações, mesmo Espíndola e Costa para os quais a célula inicial da povoação é o engenho. Para eles, Maceió e Jaraguá não se dissociam.

Neste sentido, a Planta e explicação daz enciadaz de Iaragôa e Pajusara ao representar a povoação em um momento em que ainda são raríssimas as casas, mostrando sua distribuição tanto no topo quanto na ribeira, vem corroborar com esse entendimento e fortalecê-lo.

5. O surgimento do topônimo Maceió

Antes da descoberta dessa planta-certidão de nascimento, quando a primeira versão desse trabalho foi redigida, decidimos empreender uma busca pelo topônimo de Maceió na cartografia do século XVIII para tentar suprir a ausência completa de representações da cidade nos mapas desse século. São os resultados dessa busca que apresentamos a seguir ressaltando que sua importância precisa ser relativizada diante de descoberta tão significativa da planta.

Mas antes de seguirmos com o estudo é importante registrar aqui o significado geográfico dessa palavra Maceió: lagoeiro, no litoral, formado pelas águas do mar nas grandes marés, e também pelas águas de chuva (Aurélio Buarque de Holanda).

São poucos os exemplares que conseguimos localizar na pesquisa que contemplam, nesse século, a parte meridional da capitania de Pernambuco. Em um dos mapas, na “Carta topografica aonde se compreendem de que se compõe e apresenta ao governo de Pernambuco oferecida ao Ilmo. e Exmo. S’ Franc.co X. de Mça. Furtado, ao conselho de S. Maj. E Fidelissima, ministro e secretario de estado da marinha e conquistas”, de 1766, nenhuma menção é feita a Maceió; registra-se apenas a presença das vilas de Atalaia e Alagoas. O mesmo acontece com o “Mappa tipografico dos portos, e Costa da Bahia de Todos os Santtos, Olinda e Pernambuco”, de Nicolao Martinho, produzido em Lisboa em 1776, um dos raros exemplares do século XVIII: a ausência do topônimo Maceió e a ausência também de representação gráfica de qualquer elemento edificado (Fig.9).



Figura 9 – Mappa tipografico dos portos, e Costa da Bahia de Todos os Santtos, Olinda e Pernambuco. 1776. Autor: Nicolao Martinho.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital (Brasil).

Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart309964>. Acesso em: 20 ago. 2015.

Em uma cópia manuscrita em 1874 de um original sem data do “Mappa geographico da capital da provincia de Pernambuco até rio de São Francisco, dado pelo Senhor José de Mendonça de Mattos Moreira, indicando as mattas que podem servir para a construção da marinha de guerra, e mercantil, e os terrenos proprios à agricultura”, encontramos o topônimo “Maçaió” como referência de uma área urbana associada a um símbolo (Fig. 10). Ele se torna importante porque acreditamos que seu original foi realizado muitos anos antes da data de sua impressão, provavelmente em 1797, ano em que foi criada a Superintendência das Matas nas Alagoas, cujo cargo de Juiz Conservador das Matas foi ocupado pelo mesmo José de Mendonça de Mattos Moreira, Ouvidor-Geral da Comarca das Alagoas desde 1779, autor desse mapa⁷.

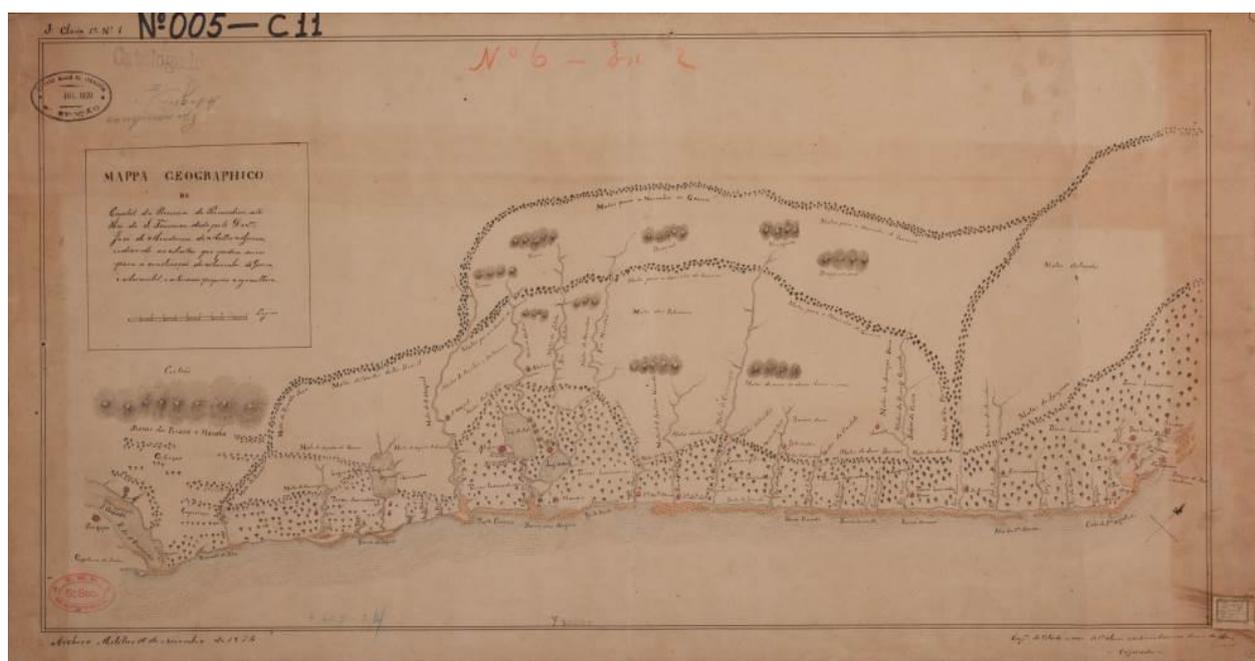


Figura 10 – Mappa geographico da capital da provincia de Pernambuco até rio de São Francisco [...].

Fonte: Arquivo Histórico do Exército (Brasil).

Em 1796 e 1797, verifica-se nos acervos do Arquivo Histórico Ultramarino uma intensa troca de ofícios e requerimentos, entre José de Mendonça, o secretário de Negócios de

⁷Sobre a trajetória de José de Mendonça como Juiz Conservador das Matas em Alagoas, consultar Pedrosa (2012).



DOI: 10.20396/urbana.v9i2.8648582

Marinha e Ultramar e o então governador da Capitania de Pernambuco, sobre a necessidade de criação de uma superintendência das matas em Alagoas para a conservação das matas da comarca. As matas alagoanas eram consideradas, tanto pelo ouvidor quanto pelo governador, de grande extensão e possuidoras das melhores madeiras reais, em toda a capitania⁸, para a construção das embarcações da Real Marinha Portuguesa, que tinham como principal destino a Ribeira das Naus em Salvador e o Arsenal de Lisboa (Arquivo Histórico Ultramarino PE_AHU_ACL_CU_015, Cx. 198, D. 13623).

O ofício do governador de Pernambuco enviado ao secretário da Marinha e Ultramar em 1797 depõe a favor de nossa hipótese, de que o mapa tenha sido elaborado em cumprimento às exigências impostas na Carta Régia de 13 de março de 1797, em que a rainha D. Maria I declara como monopólio da Coroa a propriedade das “matas e arvoredos” situados na costa marítima ou nas bordas de rios navegáveis, além de estabelecer medidas para conservação e otimização do corte e transporte deles. Nesse contexto oportuno, José de Mendonça de Mattos Moreira, que desde o ano anterior se apresenta como “candidato” ao posto de superintendente nas Alagoas, é referenciado no citado ofício, sendo destacada sua atuação como ouvidor-geral na conservação das matas e conhecedor da região⁹.

Pela Carta Regia de 13 de Março do presente anno, he Sua Magestade servida, declarar serem da propriedade exclusiva da Sua Real Coroa todas as Mattas, e Arvoredos a borda do Mar, ou de Rios por onde em Jangadas, e Canôas se possam conduzir as Madeiras cortadas até as praias[...] em segundo logar hé a mesma Senhora Servida ordenar-me, **faça Demarcar sem a menor perda de tempo, em toda a extensão desta Capitania os logares da Costa de Mar, onde rios que desembocão no Mar, onde se achão estas Mattas, mandando levantar Mappas dos mesmos logares**, como tambem quaes são as Mattas, que pela sua extensão, e fertilidade necessitão de Ministros Superintendentes para a sua conservação, mostrando a forma mais conveniente para se conseguir os fins de tão importante objeto, como sejião o da conservação das Mattas [...] (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO PE_AHU_ACL_CU_015, Cx. 198, D. 13623, p. 3, grifos nossos).

⁸Nos documentos citados, as matas da capitania da Paraíba também são descritas como possuidoras de madeiras de qualidade empregáveis na construção náutica; contudo, consta do documento que “são as Mattas da Paraíba as melhores depois das Mattas das Alagôas”. No caso das matas da comarca de Pernambuco, a maioria encontrava-se destruída, resultado do desmatamento para a fundação do grande número de engenhos existentes naquela região, não merecendo ser objeto da fiscalização que se propunha com a criação da superintendência (PE_AHU_ACL_CU_015, Cx. 198, D. 13623, p.3).

⁹Consultar: AL_AHU_ACL_CU_004_Cc.3,D.253 e Moreira (2004).



DOI: 10.20396/urbana.v9i2.8648582

Nessa carta estão localizadas e representadas por símbolos as povoações de Alagoas, Santa Luzia e a povoação de “Maçaió”. Na indicação das três localidades, o símbolo de “Maçaió” se diferencia do símbolo de Alagoas, do de Santa Luzia e vem localizado ao lado de um riacho, na margem mais recuada dele em direção ao interior, o que indica sua situação recuada e no alto na época, agora já conhecida através da planta-certidão de nascimento.

Ao continuarmos a análise da cartografia em busca do topônimo Maceió, adentramos o século XIX, com o mapa de José Fernandes Portugal, “Plano das Enseadas de Jaragua e Pajusara”, de 1803, que traz importantes contribuições, pois seria o primeiro registro iconográfico a representar a enseada de Jaraguá com um olhar mais de perto (Fig. 11). Nele encontramos essa enseada cortada ao meio por um curso d’água denominado “riacho ou Maçaió”, que se alarga para formar uma área inundada. Frise-se que um pequeno curso de água, com essa mesma localização, aparece originalmente desenhado na carta de João Teixeira Albernaz II (1666), consoante destacado mais acima. Esse elemento geográfico, o Maceió, teria certamente dado origem ao nome da cidade.



DOI: 10.20396/urbana.v9i2.8648582

enseada, onde, mais isolados, se localizam o Armazém Real e a Fortaleza. O nome “Maçaió” se repete várias vezes no desenho e isso revela a importância que assume. A igreja ali localizada é referida como “igreja de Maçaió”, e a praia é denominada “praia de Jaraguá ou Maçaió”, o que indica claramente que, na visão desse cartógrafo, as duas localidades se confundem, conformam uma só povoação.

Além da referência ao topônimo nesse mapa e no mapa anterior, sabíamos, por meio de escritura de doação datada de 1787, da existência no alto da encosta, por trás desse riacho ou maceió, de uma propriedade com uma capela dita de Maceió e umas casas de telha (COSTA, 1981, p. 9-10). Era então evidente a povoação dessa área mais acima da área de Jaraguá, mas essas construções referidas na escritura não estão presentes nem sequer como indicações no Plano de José Fernandes Portugal. Também nenhum caminho aparece unindo esses dois focos primeiros de povoação e as duas igrejas. Teria o exímio piloto e engenheiro se equivocado ao chamar de igreja de Maceió a construção religiosa que na verdade seria de Jaraguá ou ele entende que Maceió e Jaraguá seriam uma só povoação?

Sabemos que a natureza da carta é eminentemente náutica, de modo que nela os surgidouros de navios e de sumacas, a profundidade e os arrecifes são geralmente detalhados com precisão, fato que talvez justificasse um desinteresse do cartógrafo com as referências de terra. Na cópia desse mapa realizada em 1829 pelo tenente Pedro Cronenberger, a tal construção religiosa passa a se chamar apenas de “igreja” (Fig. 12).

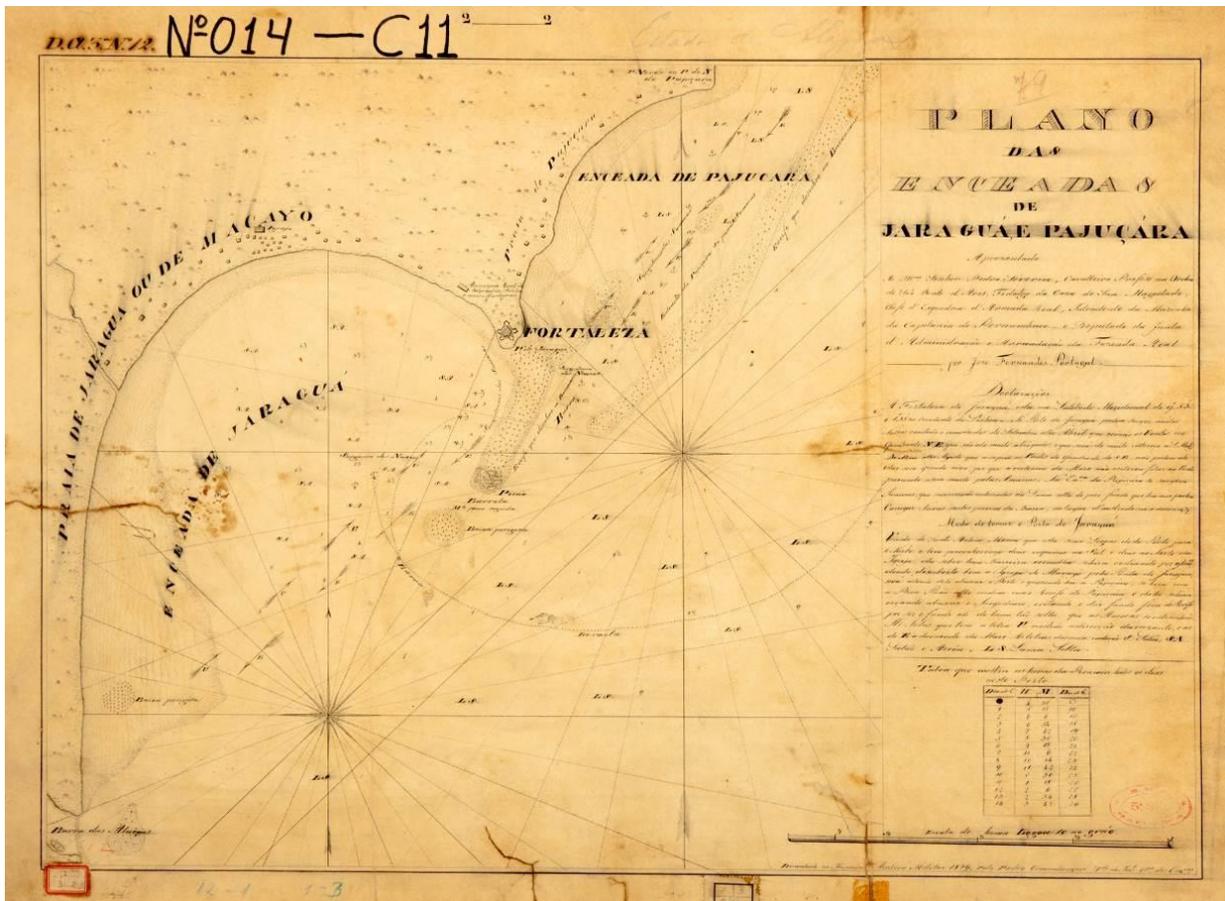


Figura 12 – Plano das Enceadas de Jaragua e Pajusara, cópia feita pelo tenente Pedro Cronenberger em 1829.

Fonte: Arquivo Histórico do Exército (Brasil).

São poucas as evidências que encontramos da existência da povoação nessa cartografia do século XVIII e início do XIX antes da descoberta da planta-certidão de nascimento: o símbolo associado ao topônimo Maçaíó no mapa de Mattos Moreira, e a igreja e a praia associadas ao topônimo Maçaíó no mapa de José Fernandes Portugal. Mas, como não conseguimos precisar a data de feitura do mapa de Mendonça, mas tão só aproximá-la, então podemos localizar essas evidências na cartografia apenas no início do XIX. Na documentação escrita, há um recuo para 1787, como atesta a escritura de doação.

O século XVIII então se confirmava como escasso na produção de representações iconográficas que trouxessem insumos para a exata compreensão do processo de nascimento



DOI: 10.20396/urbana.v9i2.8648582

da cidade e que explicassem as razões de sua implantação. Todos esses dados apontavam para a existência da povoação, mas sem ainda se revelar aos olhos no século XVIII; ou seja, a povoação mantinha-se sem poder ser reconhecida visualmente com uma “planta-certidão de nascimento”.

A construção historiográfica que é feita por Craveiro Costa em seu livro (1939, p. 13-14) para tentar preencher esse marcante vazio de imagens da Maceió colonial faz uso da gravura Antiga Matriz de Maceió, elaborada bem depois desse período (1881), e a faz recuar no tempo atribuindo a ela a capacidade de representar a configuração da cidade no século XVIII e a data de 1850 como sendo a de sua feitura (Fig. 13)¹⁰. Ele diz:

(...) Tudo aquilo, que a gravura deixa ver e era um avanço material considerável em 1850, evoca a velha fábrica, movida a bois ronceiros, e a labuta diária da escravaria, lançando, inconscientemente, os fundamentos das grandes usinas açucareiras. A paisagem triste e patriarcal sugere a vida monótona dos primeiros dias da indústria do açúcar; e o campo, então transformado em núcleo principal do povoado, era a bagaceira imunda de todos os engenhos, era a senzala sórdida e trágica, a poucos passos da casa senhorial, onde a escravaria, ao cair da tarde, recolhia o repouso, exausta, tangida e contada, às cabeças, uma a uma, pelo feitor; era a pastagem do gado lerdo, a contemplar pacificamente carros guinchantes, que rodavam aos solavancos, estrada fora, pejados de caixas de açúcar; era o canalial imenso, verdejando, na direção do riacho, a esperança das produções ótimas...¹¹

¹⁰Sobre o assunto, consultar CAMPELLO, Maria de Fátima de M. B. A gravura “Antiga Matriz de Maceió” e a imagem da Maceió colonial. **Revista do Arquivo Público de Alagoas**, Maceió, n. 2, 2012.

¹¹COSTA, Craveiro. **Maceió**. Maceió: Sergasa, 1981, p. 13 e 14.

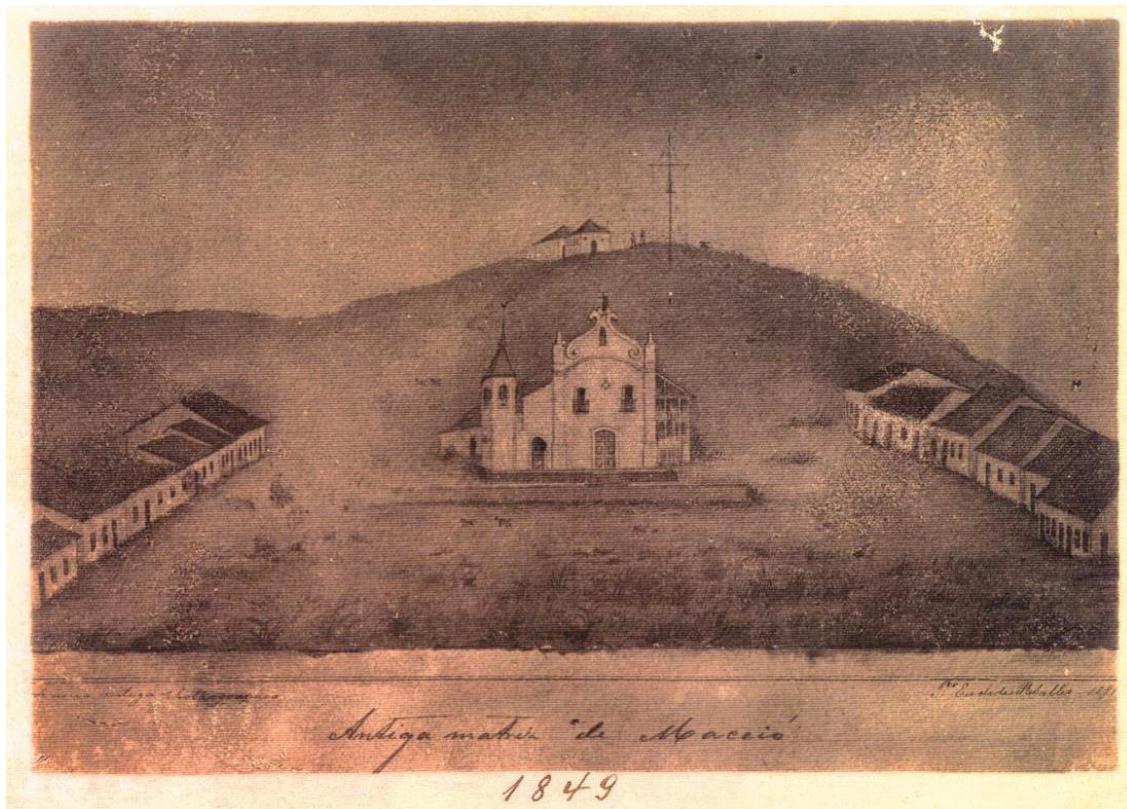


Figura 13 – Antiga Matriz de Maceió. 1881. Autor: Euclides Salles.
Fonte: Arquivo Público de Alagoas (Brasil).

6. A vila portuguesa

Antes da descoberta da “planta-certidão de nascimento”, só nos é dado conhecer o traçado de Maceió no século XIX, depois do povoado já ter se tornado vila, com a confecção da “Planta da Villa de Maceió”. Tal planta foi realizada pelo engenheiro José da Silva Pinto, em 1820, a mando de Sebastião Francisco de Melo e Póvoas, primeiro governador que chega à recém-criada capitania das Alagoas, mas o original dela se perdeu, de tal sorte que só conhecemos a reprodução feita dela em março de 1841 por Carlos de Mornay, engenheiro das obras públicas, a mando de Francisco Manuel Martins Ramos, então secretário do governo da província das Alagoas (Fig. 14)¹². No ano da realização dessa reprodução, Maceió já se tornara

¹²Sobre a produção, circulação e consumo dessa Planta da Villa de Maceió feita por Carlos de Mornay em 1841, consultar: CAMPELLO, Maria de Fátima de M. B. Sobre a biografia da Planta da Villa de Maceió e a cartografia do engenheiro inglês Carlos de Mornay em Alagoas. In: OLIVEIRA, Francisco Roque de (org.). **Cartógrafos para toda a terra**: produção e circulação do saber cartográfico ibero-americano: agentes e contextos. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal; Centro de Estudos Geográficos da Universidade de

cidade e capital da Província. Carlos de Mornay acrescenta ao levantamento já feito as construções erguidas depois de 1820 e complementa a planta desenhando a povoação de Jaraguá, que não estava incluída na planta inicial.



Figura 14 – Planta da Vila de Maceió. 1841. Autor: Carlos de Mornay.
Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Lisboa: Centro de Estudo de História d'Aquém e d'Além-Marda Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, 2015, 2v. Livro eletrônico.



DOI: 10.20396/urbana.v9i2.8648582

A escala escolhida para essa planta de Mornay permite estudar as edificações uma por uma, identificar com precisão os cursos de água, os pequenos caminhos; permite conhecer a cidade nos mínimos detalhes, enfim. De resto, o nome "Maceió" está incorporado à vila, ao lagoeiro, à boca do lagoeiro e à ponta do outeiro.

Se suprimirmos da cópia de Mornay o desenho das construções realizadas depois de 1820, podemos ver a configuração da vila nesse ano e a proposta de ordenamento de Melo e Póvoas, traçada em vermelho.

A Maceió que vemos na reconstituição da planta de 1820 não tem o porte de uma povoação que acaba de surgir. Percebe-se uma aglomeração que já tem um certo adensamento no tempo. O povoado teria crescido tão rapidamente nos 17 anos que separam a planta de Póvoas do Plano das Enseadas, de Portugal, em que ele praticamente não existia, era o que nos perguntávamos sem ainda conhecer a planta-certidão de nascimento. Se compararmos estes 17 anos com os vinte que separam esta planta de sua atualização, feita por Mornay, podemos, pela projeção de crescimento, dizer que em 1803 o povoado já deveria estar bem constituído.

Eis, pois, um fato que nos levava a pensar com certeza que o povoado já estava ali há bem mais tempo e, também, a tecer especulações sobre a possibilidade de ter havido registros cartográficos, dessa fase, que poderiam ter se perdido.

Na reconstituição da planta de 1820, a marcação das encostas funcionam como barreiras bem definidas que abarcam a Vila. A implantação da Vila em um platô intermediário, a meio caminho entre a parte mais alta da colina e o litoral, a põe a salvo das áreas alagadas e em uma posição de domínio da paisagem e do mar, avistando-se, desde o alto, toda a enseada.

O traçado revela um núcleo original que se vincula ao adro da igreja Nossa Senhora dos Prazeres e se expande para definir um grande largo retangular e plano, paralelo à linha da encosta. Ademais, toma parte desse núcleo expandido a rua principal, hoje Rua do Comércio, que se desenvolve em curva acentuada para um lado e para o outro, em desenho mimético ao contorno da colina colocada à sua direita. Estabelece-se, também, no desenho, uma articulação clara da rua principal à esquerda, em direção à capela do Livramento, evidenciando as diretrizes do traçado fundante que une as duas igrejas. A terceira capela existente na vila, a do Rosário, está um pouco deslocada desta articulação principal, o que indica que ela tem uma construção mais recente.



DOI: 10.20396/urbana.v9i2.8648582

No largo de fundação expandido, localizam-se as instituições representativas do seu estatuto recente de Vila, destacadas na legenda: o pelourinho, a casa da câmara, a casa da junta, a cadeia. A vila colonial portuguesa está aí representada com suas instituições e sua implantação características.

A proposta de ordenamento de Melo e Póvoas, traçada em vermelho, respeita o traçado preexistente, já que esse núcleo primitivo dilatado permanece intocado. Para o restante da Vila, ele corrige alinhamentos e define amplos largos, cujo desenho é sugerido pela ocupação que encontra. Já nas áreas sem ocupação, a mão ordenadora é mais forte e quadricula os espaços em ângulos retos, de modo que dois grandes eixos em diagonal abarcam toda a trama urbana a partir da praia, rasgam-na permitindo atravessá-la em linha reta e, assim, sugerem avenidas em direção às lagoas. Temos aqui, portanto, a primeira iniciativa de modelar Maceió seguindo princípios urbanísticos iluministas.

Seria interessante aprofundar em uma outra oportunidade o estudo desse traçado proposto para Maceió por Melo e Póvoas, à luz dos exemplos de planejamento das novas vilas e cidades para o Brasil colonial, coordenados por Pombal e fortemente influenciados por uma vontade de razão e civilidade européias que deveriam moldar a Colônia.

As novas construções, levantadas na planta de 1841 de Mornay, adensam a cidade e vêm confirmar o traçado geral de 1820, dos quais não podemos dizer que não seguiam uma lógica própria, bastante coerente. Uma reorganização das construções religiosas está em curso. A igreja do Rosário, por exemplo, se retira em construção maior para a lateral, deixando seguir a rua que antes lhe servia como adro, e a de N. S. dos Prazeres desce para ocupar o lugar de seu adro inicial, assumindo o porte de catedral. Os novos largos, por sua vez, moldam-se nos lugares previstos pelo Militar ou bem próximos a eles, mas com dimensões bastante reduzidas, enquanto as ruas se adensam e mantêm suas curvas livres e um certo desalinhamento das casas. A vontade de Póvoas de transformar em 1820 a vila para afirmar uma presença portuguesa ordenadora com a predominância dos trajetos em linha reta, da organização das perspectivas e da amplidão dos espaços públicos, fica apenas no papel, como atesta essa planta de 1841.

7. Considerações finais

Na narrativa que agora concluímos, privilegamos as fontes visuais como principais fontes de pesquisa. Delas extraímos não só reflexões sobre a cidade de Maceió em si, sobre o seu surgimento e suas representações na cartografia histórica, mas também sobre as práticas



DOI: 10.20396/urbana.v9i2.8648582

visuais do período estudado, séculos XVII, XVIII e XIX, protagonizadas pelos cartógrafos. Observamos e analisamos as posições desses cartógrafos no território, a relação que estabelecem de proximidade ou distanciamento com o objeto cartografado, a abrangência de seus olhares, as direções e alturas das suas visadas e os enquadramentos, isso principalmente na *Planta e explicação daz enciadaz de Iaragôa e Pajusara*.

Além disso, acreditamos ter trazido como contribuição para o estudo da história da cidade de Maceió e do território alagoano um significativo conjunto de peças iconográficas e a biografia de algumas dessas peças, que construímos arrolando dados de feitura, autoria e contexto de produção, com destaque para a planta que intitulamos de certidão de nascimento, para o mapa de José de Mendonça de Mattos Moreira e para a Planta da Villa de Maceió, de 1841.

Antes da descoberta da *Planta e explicação daz enciadaz de Iaragôa e Pajusara*, de cerca de 1757, a cartografia histórica ora estudada vinha contemplando, isoladamente, a representação das localidades de Jaraguá (1803) e Maceió (1820 – reconstituição da planta de José da Silva Pinto a partir de cópia feita dela por Carlos de Mornay em 1841) levantando dúvidas sobre a primazia do povoado de Maceió e sua relação com Jaraguá, seu ancoradouro. A planta-certidão de nascimento ao apresentar esses núcleos em continuidade quase meio século antes, marca uma nova visão que explicita uma trama única. Nela, pode-se observar a vinculação entre Jaraguá e Maceió e confirmar a alternativa sobre o surgimento simultâneo no tempo das duas localidades.

Foi para possibilitar reflexões como esta que realizamos a experiência de aliar nesse trabalho dois campos de estudos: o da História Visual e o da História da Cidade, experiência que precisa ainda ser aprofundada mas que se mostrou profícua ao trazer para esse último campo a discussão sobre a dimensão visual dos fenômenos que envolvem a cidade, dimensão ainda muito pouco estudada nos dias de hoje.

8. Referências

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e desígnio**: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822). São Paulo: Edusp, 2011.

CALADO, Frei Manoel. **O valeroso lucideno e triunfo da liberdade**. Recife: Fundarpe, 1985.



DOI: 10.20396/urbana.v9i2.8648582

CAMPELLO, Maria de Fátima de M. B. **Maceió na cartografia histórica**. Trabalho realizado para a disciplina História Moderna do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, 2001.

CAMPELLO, Maria de Fátima de M. B.. A gravura "Antiga Matriz de Maceió" e a imagem da Maceió colonial. **Revista do Arquivo Público de Alagoas**, Maceió, n. 2, 2012.

CAMPELLO, Maria de Fátima de M. B. Sobre a biografia da Planta da Villa de Maceió e a cartografia do engenheiro inglês Carlos de Mornay em Alagoas. In: OLIVEIRA, Francisco Roque de (org.). **Cartógrafos para toda a terra**: produção e circulação do saber cartográfico ibero-americano: agentes e contextos. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa: Centro de Estudo de História d'Aquém e d'Além-Marda Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, 2015, 2v. Livro eletrônico.

COELHO, Duarte de Albuquerque. **Memórias diárias da guerra do Brasil**. Recife: Fundação de Cultura cidade do Recife, 1982.

COSTA, Craveiro. **Maceió**. Maceió: Sergasa, 1981.

ESPÍNDOLA, Thomaz do Bom-Fim. **Geografia alagoana ou descrição física, política e histórica da província das Alagoas**. Maceió: Edições Catavento, 2001.

FERRARE, J. O. P. **A cidade Marechal Deodoro**: do projeto colonizador português à imagem do "lugar colonial". 2006. Tese(Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade do Porto, Porto, 2006.

FERRARE, J. O. P.; FORTES, C. N. R. Entre o porto dos franceses e o porto de Jaraguá: navegar, comercializar e fortificar. In: ARQUITETURA DO MAR, DA TERRA E DO AR: Arquitetura e Urbanismo na Geografia e na Cultura,3, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa, 2014. p.536-547.

FORTES, Manoel Azevedo. **Tratado do modo de fazer as cartas geográficas, assim da terra como do mar...** Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1722.



DOI: 10.20396/urbana.v9i2.8648582

HERKENHOFF, Paulo. **O Brasil e os holandeses**, 1630-1654. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.

LINDOSO, Dirceu (1983). **A utopia armada**. Rebeliões de pobres nas matas do tombo real. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LINS, Enio. Maceió, vista de 1757. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, Caderno B, jun. de 2002, p.12.

MARX, Murilo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

MOREIRA, José Mendonça de Mattos. As matas das Alagoas: providências acerca dela e sua descrição. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de. (Org.). **Mata e Palmares em Alagoas**. Arapiraca: Edufal, 2004.

MORENO, Diogo de Campos. **Livro que dá razão ao estado do Brasil, 1616**. Lisboa: Edições João Sa da Costa, 1999. Edição facsimilada do Códice da Biblioteca Pública do Porto.

PEDROSA, Maria Carnaúba. De Ouvidor-Geral a Conservador das Matas: Estratégias políticas e econômicas de José Mendonça de Matos Moreira (Comarca das Alagoas, 1779-1798). In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (Org.). **Alagoas colonial: construindo economias, tecendo redes de poder e fundando administrações (século XVII-XVIII)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Recife: Massangana, 2000.